

OS VELHOS NA CIDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE CULTURA, IDENTIDADE E GERAÇÃO

Josimara Delgado*

RESUMO

Esse artigo analisa trechos de histórias de vida de velhos trabalhadores aposentados, moradores de Juiz de Fora. O enfoque da análise é nos significados presentes na construção da identidade desses sujeitos no contexto de diversidade da cidade moderno-contemporânea, destacando, sobretudo, as disputas acerca dos critérios de organização societária e noções de direito aí envolvidas.

Palavras-chave: velhice, histórias de vida, trabalhadores, geração.

ABSTRACT

This article analyses passages from life stories of elderly retired workers, living in Juiz de Fora. The focus of the analysis is on the meanings present in the construction of the identity of these subjects in the context of the diversity of the modern/contemporary urban area, giving particular emphasis to the disputes over criteria of society organization and notions of rights involved therein. The concepts of habitus and moral economy are worked on within the discussion.

Key words: old age, life stories, workers, generation.

INTRODUÇÃO

O interesse em estudar o envelhecimento a partir das histórias de vida — e da memória enquanto processo importante na articulação da identidade e do relato biográfico — envolve a percepção dos velhos como “narradores”. Homens e mulheres que, por meio de seus códigos culturais, são capazes de falar de si e de seu mundo social, interpretando e construindo significações. Muitas vezes em termos de conselhos e advertências, como no narrador de Walter Benjamin (BENJAMIN, 1985), eles transmitem um testemunho importante sobre a vida contemporânea. Uma perspectiva desse tempo a partir das mudanças que ele representa e concretiza no interior de suas trajetórias.

Na pesquisa de minha tese de doutorado, trabalhei com um grupo específico de idosos contemporâneos. Aquele composto pelo idoso da classe trabalhadora que se encontra em

* Doutora em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

faixas etárias mais elevadas¹: esse trabalhador brasileiro que participou da experiência sócio-cultural de formação dessa classe no contexto do chamado trabalhismo². Vivendo hoje num momento de mudanças sociais, inclusive quanto às tendências envolvidas no processo de construção do envelhecimento, esse idoso, com seu olhar retrospectivo, indica possíveis percursos históricos de transformações sociais ao cotejar padrões sócio-culturais distintos. Caminhos importantes para compreendermos melhor sua condição, bem como alguns processos mais amplos de mudanças e permanências que envolvem a formação dos vínculos sociais no mundo contemporâneo. Trata-se, pois, de um testemunho matizado pelas categorias classe social e geração.

Nesse artigo, apresento e discuto alguns trechos de depoimentos dessa investigação que, em especial, trazem imagens de importantes situações sociais vivenciadas pelos velhos em seus percursos cotidianos pela urbe contemporânea. A vida na cidade atual, marcada pela relação contraditória entre seus processos homogeneizadores e a reprodução das diversidades, é o contexto principal para a compreensão dessas falas em que os narradores expõem as buscas identitárias empreendidas em seus trajetos nesse espaço. Os trechos que apresento aqui mostram, sobretudo, como no interior de práticas e interações concretas, vivenciadas no campo da saúde, do consumo e das relações intergeracionais, os velhos refazem sua identidade e redefinem seus vínculos de pertencimento, confrontando-se sempre com distintos critérios de justiça e sociabilidade e noções de direito. Nesse sentido, trazem pistas para refletirmos sobre relações e espaços sociais no contexto da cidade moderno-contemporânea.

NARRATIVAS, MEMÓRIA E SIGNIFICADO

¹ Entrevistei 17 velhos trabalhadores aposentados com idades entre 75 e 88 anos, moradores, em sua maioria, da periferia de Juiz de Fora. São homens e mulheres com um perfil marcado pela origem rural, pela baixa escolaridade (no máximo quatro anos de estudo) e baixa renda (entre um e dois salários mínimos).

² Angela de Castro Gomes indica como uma das mais importantes vivências culturais dos trabalhadores brasileiros em seu processo de formação social e política, o projeto do “trabalhismo brasileiro”, articulador da “ideologia trabalhista”, do mito em torno de Getúlio Vargas, seu criador e que se constitui ainda hoje como referência inscrita em nosso imaginário, como demonstram as disputas em torno do seu espólio (cf. GOMES, 1994). A hipótese do seu trabalho é que a força simbólica dessa ideologia está em que a ação estatal desenvolvida re-significou toda uma gama de experiências heterogêneas vividas e acumuladas pelos grupos trabalhadores — o que inclui a experiência cultural da sociedade agrária e escravista — articulando-a no sentido de dotar o trabalhador urbano de identidade e cidadania a partir da inserção produtiva e dos direitos dela decorrentes, criando uma ética de trabalho, baseada na positividade desse e no resgate moral da figura do trabalhador.

A utilização de narrativas de histórias de vida em pesquisas sociais lida, em primeiro plano, como mostra a expressiva literatura nacional e internacional sobre o tema³, com a questão da relação entre indivíduo e sociedade: através do encontro com as expressões subjetivas dos sujeitos, busca-se, nesse método, o encontro com um mundo social (BERTAUX, 1980, MINTZ, 1984, BRIOSCHI; TRIGO, 1987) e a compreensão dessa relação entre as realidades objetivas e aquilo que ganha estatuto de realidade para os sujeitos pela mediação de seus códigos simbólicos. Na especificidade e riqueza da abordagem — a capacidade do “objeto” contar-se segundo suas categorias de valores e seus códigos temporais (BRIOSCHI; TRIGO, 1987) — reside o desafio do pesquisador: apreender qual é e como se estabelece o “filtro perceptivo” (idem) condutor da reflexão sobre si presente na construção de uma narrativa (BERTAUX, 1980). No universo dos velhos trabalhadores aposentados que pesquisei, um dos eixos básicos de minha interpretação é a identificação de uma temporalidade específica construída pelos narradores, com a qual procuram se vincular a uma tradição de experiências coletivas ligadas à condição de trabalhador, a fim de marcarem sua identidade no contemporâneo. Tanto distinguindo-se das lógicas vigentes nesse tempo, quanto, de alguma forma, integrando-se nele, ao lembrarem de sua contribuição geracional específica. O pressuposto aí presente é de que a memória, a relação que estabelecem com essa tradição, não é a recuperação de traços essenciais de uma cultura coerente e contínua que se repõe. Não é uma forma de fuga às origens. Ela é uma categoria que, expressando-se na relação entre os significados e a ação dos sujeitos (cf. VELHO, 2001), permite rearticular um campo de significações ou um habitus⁴ em que se pode compreender as relações dos sujeitos com sua história, relações entre presente e passado.

Nos vários depoimentos, os velhos, de formas distintas, nomeiam tradições a que estariam ligados e, desse modo, distinguem e especificam sua participação na dinâmica geracional e na transmissão cultural, sua inserção particular no tempo histórico. Isso se dá, sobretudo, através do que identifiquei como sendo sua “economia moral”, aproximando-me

³ Minhas referências aqui são Bertaux (1980), Morin (1980), Mintz (1984), Kosminsky (1986) e Brioschi e Trigo (1987).

⁴ Termo usado segundo a análise de Pierre Bourdieu, ou seja, como um conjunto de esquemas incorporados desde as primeiras experiências socializadoras e que constantemente se repõem e reatualizam no decorrer da trajetória restante, demarcando um campo de sentido onde operam os vetores que formam a trajetória (BOURDIEU, 1996).

da noção desenvolvida por Edward Thompson⁵. Trata-se da afirmação de certos padrões de sociabilidade que traduzem uma experiência do mundo construída com base em “práticas costumeiras” que se legitimaram na organização da vida de algumas gerações de trabalhadores brasileiros: a obrigatoriedade do trabalho desde a infância, a obrigação de cuidar e ajudar os parentes, a demonstração de respeito aos mais velhos, o compromisso com o trabalho, o respeito à autoridade. Práticas que conformam uma lógica em que a participação social dos sujeitos é legitimada no interior de relações hierárquicas e interpessoais estruturadas por claras expectativas de reciprocidade, inclusive intergeracional, situadas no plano das relações travadas na família e no mundo do trabalho. Nesse universo cultural, o trabalho é associado a um dom que estabelece a reciprocidade e garante o respeito e a honra, bem como o direito é visto como mérito e reconhecimento manifestos em relações interpessoais. Lembrando-se de sua trajetória, os velhos, de formas distintas, mostram como essa experiência do mundo é construída por processos objetivos específicos, nos quais o trabalho se torna essa fonte de expectativas de pessoalização projetadas em muitos níveis de relações, mas principalmente nas relações de trabalho, parentesco e nas expectativas de direitos. Remontam, desse modo, à tradição do trabalhismo brasileiro, em que a socialização para o trabalho possibilitou uma experiência que, na dinâmica das transformações da sociedade brasileira, configurou-se como específica em termos geracionais. No cerne dessa experiência registra-se a efetividade da mediação do direito social ao trabalho e à aposentadoria na estruturação dos modos de vida dessa geração de trabalhadores, na forma como se auto-representam e constroem suas identidades, projetando determinadas expectativas geracionais em que se delinea, inclusive, um modelo de vivência do envelhecimento como momento do direito ao não-trabalho. Essa mediação concretiza, para essa geração, bases objetivas para a troca intergeracional, estabelecendo um contrato público

⁵ A análise desse autor explica os motins populares do século XVIII como confrontos entre “uma economia de mercado inovadora e a economia moral da plebe, baseada no costume” (cf. THOMPSON, 1998: 21), ou seja, uma conduta, não econômica desses grupos capaz de resistir principalmente ao revolucionamento das necessidades e à destruição da “autoridade das expectativas baseadas no costume” (*op.cit.*: 22-3), justamente mantendo práticas como os motins, baseadas na “consciência costumeira” (*op.cit.*: 24), transmitida entre as gerações. Com isso, o autor nos dá uma indicação para a análise da dinâmica cultural do capitalismo, que é a importância, na determinação do modo como as gerações se relacionam umas com as outras nesses marcos, das expectativas e necessidades construídas na sociedade em torno dos padrões de consumo e direito. A particularidade desse sistema, segundo o enfoque da economia moral de Thompson está na produção de uma mudança social que invalida os esforços dos grupos mais velhos, impedindo que as gerações se coloquem como aprendizes entre si.

de solidariedade na regulação dessas e, com isso, firmando um imaginário que legitima esses pactos, inscrevendo-os nos costumes aceitos pela coletividade.⁶

Como indiquei, essas lembranças falam não só de habitus passados, mas, ao contrário, traduzem, na relação presente-passado, a construção da identidade dos velhos no tempo atual. Nesse sentido, as novas questões e temáticas que circunscrevem socialmente a condição do velho trabalhador na contemporaneidade ajudam na compreensão de suas falas. Penso aqui, para mapear esse quadro, na consolidação de um conjunto de direitos para o velho, expressos sobretudo na Política Nacional e no Estatuto do Idoso, os quais repõem a questão da idade como mecanismo de distribuição de direitos, estabelecendo os deveres das gerações mais novas com os idosos, inclusive na família; na proliferação de uma atenção ao idoso nos moldes da chamada terceira idade, que promove cursos, lazer, enfim, iniciativas que procuram abordar o idoso como indivíduo que precisa se cultivar, quer no aspecto físico quanto emocional — tendência que tem contribuído para ampliar o campo social para a atuação do velho, mas ao mesmo tempo para a reprivatização do envelhecimento, remetendo-o a uma questão de auto-convencimento (DEBERT, 1999)⁷. Penso na quebra do vínculo entre velhice e aposentadoria; nas mudanças significativas na forma de relacionamento entre as gerações, principalmente no que toca à atribuição de papéis e à distribuição de recursos, o que traz como uma de suas conseqüências, a formação de uma sociedade de contatos multigeracionais em que várias gerações convivem num mesmo espaço; na consolidação de um quadro de

⁶ Martin Kohli (cf. KOHLI, 1995) discute esse aspecto da proteção social e da aposentadoria, mostrando-as como expressões de um contrato público de solidariedade entre as gerações. Isso, não apenas por gerirem riscos sociais e racionalizarem o mercado, mas sobretudo porque se baseiam numa legitimidade posta pela moral coletiva, aproximando-se do conceito de economia moral de E. P. Thompson (cf. THOMPSON, 1998) que sugere, justamente, a importância do consenso popular acerca da validade de uma prática social. Essa vertente analítica foi explorada nos estudos Júlio Assis Simões sobre os movimentos de aposentados (cf. SIMÕES, 2000).

⁷ A autora explica que o que caracteriza a experiência contemporânea é a radicalização de uma tendência de “disjunção entre estágios de maturidade e idade cronológica” (cf. DEBERT, 1999: 58), processo que tem possibilitado que as idades, não mais relacionadas à maturidade física e mental, se tornem “um mecanismo cada vez mais poderoso e eficiente na criação de mercados de consumo, na definição de direitos e deveres e na constituição de atores políticos” (*idem*) e que tem presidido a redefinição das imagens sobre o envelhecimento na sociedade contemporânea em relação àquelas consagradas com a institucionalização do curso da vida moderno. A partir, então, da criação de um variado mercado de bens e serviços destinados à gestão desta etapa da vida, possível pela ampliação do trabalho assalariado para as camadas médias e outros setores sociais e profissionais, a velhice vem sendo dissociada da aposentadoria e da idade cronológica e apresentada como um período de lazer, de desenvolvimento de potencialidades e realização de sonhos. Do mesmo modo que funda novas possibilidades concretas de se experimentar o envelhecimento, este processo inclui uma reprivatização da velhice, ou seja, a colocação da questão no plano das opções individuais, apresentando a própria vivência do envelhecimento como uma opção pessoal, uma questão de auto-convencimento o que cria novos estereótipos como o do velho inativo.

desemprego e desproteção social que afeta o trabalhador aposentado e sua família, resultando na formação de um contingente significativo de idosos que retornam ou continuam no mercado de trabalho e que se constituem em responsáveis por domicílios, rebatendo também nas trocas entre as gerações.

De um modo geral, trata-se, esse contexto, de uma conjunção de processos que parecem apontar para mudanças, de fato, do universo social dos idosos, no sentido da ampliação de suas redes de sociabilidade, bem como da ruptura de papéis tradicionais. Sem dúvida, nos últimos anos houve um aumento da visibilidade pública do aposentado que passa inclusive a ser reconhecido como sujeito político, e do idoso em geral, sujeito de novos direitos, consumidor dotado de gostos, preferências e necessidades, movimento que vem sendo interpretado, no discurso da mídia e na elaboração de muitos idosos, como ampliação de autonomia individual e da cidadania (cf. DEBERT, 1999). Por outro lado, trata-se também de um movimento de enfraquecimento dos sistemas públicos de proteção social e de questionamento dos direitos relacionados ao trabalho, como a aposentadoria, o que, concretamente, dilui as bases de uma forma de solidariedade intergeracional fincada justamente na garantia pública desses direitos e na existência do trabalho como importante meio socializador. Pode-se dizer, então, que o contexto contemporâneo tem produzido mecanismos que visam interpelar a subjetividade do idoso, sobretudo no sentido de sua constituição como indivíduo autônomo, quer através da linguagem do direito, do consumo, da possibilidade de controle do corpo e da manutenção das redes de sociabilidade, bem como através da idéia de que a responsabilidade pelo envelhecimento é exclusivamente individual.

Os “idosos idosos” e “idosos mais idosos”⁸ que eu entrevistei, contemporâneos desses processos, suscitam interesse particular, pois são portadores objetivos da memória e da possibilidade de transmissão de algumas noções de sociabilidade e de cidadania no interior das quais as trocas entre as gerações, a responsabilidade na gestão do envelhecimento, a questão do acesso ao trabalho eram vistas de formas diferenciadas daquelas postas na contemporaneidade, por articularem uma “identidade forte” (SVAMPA, 2000), ou seja, por

⁸ Segundo as novas tendências de proposição de recortes no processo de envelhecimento, o grupo dos “idosos idosos” compreende dos 75 aos 84 anos e dos “idosos mais idosos” de 85 anos a mais (cf. DEBERT, 1999, SIMÕES, 2000 e BRITTO DA MOTTA, 2004).

estarem ligadas a compromissos políticos e sociais mais amplos, que se configuravam como suportes coletivos da identidade.

IDENTIDADE E ENVELHECIMENTO NA URBE CONTEMPORÂNEA

Nas narrativas, a memória elaborada se enraíza nos problemas da história de longa duração das sociedades complexas tal como eles surgem, na diversidade de situações propostas pela vida social. A densidade histórica da memória revela-se a partir de situações relatadas pelos entrevistados, momentos em que um sujeito concreto, com feições definidas por sua classe, raça, gênero e geração, elabora sua experiência do mundo, construindo uma identidade. É aí que se expressam as disputas e negociações envolvidos na atualização, no mundo contemporâneo, de uma cultura codificada na economia moral. Meu trabalho procurou captar essa dinâmica de representações que pode ser acionada pela memória, lidando com a articulação dos planos distintos da historicidade, referidos ao imediato e ao tempo profundo. Assim, atenta à simultaneidade de tempos que perpassam as falas, a análise conseguiu registrar algumas particularidades significativas que evidenciam a relação dos velhos com espaços e linguagens do mundo contemporâneo. São muito significativas nesse sentido, seus encontros com as gerações mais jovens e seu habitus no espaço heterogêneo da cidade, seu confronto com a racionalidade das práticas médicas e do direito, bem como sua relação com a lógica do consumo.

SAÚDE, DIREITOS E VELHICE

A questão da saúde “interpela a integralidade da identidade pessoal” (cf. DUARTE, 2003:183). As falas dos velhos recuperam algumas de suas práticas e ações nesse campo e com isso expõem um universo social em que a identidade é afirmada nos princípios que regem as escolhas terapêuticas para o corpo doente, nas relações com o saber médico e com o sistema público de saúde, onde se coloca a questão do direito ao atendimento. As imagens lembradas nesse sentido evocam sempre pertencimentos e oposições.

De um modo geral, a fala predominante nas lembranças sobre as práticas de saúde reatualizam a força dos costumes, baseados na experiência. Com recorrência, os velhos se

apresentam como portadores de conhecimentos sobre o corpo e a saúde cuja eficácia se comprova em sua própria condição: sua força, longevidade, disposição. São conhecimentos herdados de pais e avós e cuja reabilitação, pela memória, relaciona-os a essas figuras.

Os depoimentos mostram ainda que, no decorrer da trajetória, o recurso à “autoridade das expectativas baseadas no costume” (cf. THOMPSON, 1998: 22-23) permeia também o diálogo com o saber médico, fornecendo subsídios para desafiá-lo. O senhor Mário, 82 anos, tintureiro aposentado, contou-me que se considera um “homem feliz” por ter “vivido 50 anos sem fazer uma consulta médica” o que foi necessário novamente aos 74 anos em função de um problema de vista que acabou lhe revelando sua diabetes. A partir daí, passou a se preocupar com a taxa de glicose, submetendo-se mais freqüentemente a exames. Mas me confessa que está desobedecendo sua médica ao “fazer o feijão e o arroz na gordura de porco”. Dizendo se sentir “muito bem”, esse senhor me explica porque não abre mão desse seu hábito, atendendo as orientações médicas: “eu comi gordura de porco 80 anos!” O senhor Sebastião, 80 anos, vendedor ambulante, também me conta que nunca foi “muito chegado em médico”, tendo feito sua primeira consulta aos 56 anos. Por longos trechos, narra, com detalhes, confrontos com médicos, dando destaque a sua esperteza, sua capacidade para encontrar soluções acerca de seus males de saúde, mais eficazes que as oferecidas pela medicina. “se eu tivesse tomado esses remédio tudo, já tava morto”.

Como mencionei há pouco, as lembranças sobre as práticas terapêuticas mobilizam também uma significação em torno da relação dos entrevistados com o sistema de saúde. Em muitas falas, a lembrança da adoção de práticas referendadas por lógicas que escapam à racionalidade médica ocorre em contextos narrativos em que os velhos representam sua trajetória no sistema de saúde, mostrando-a como percurso não só de intervenções sobre o corpo, mas lugar de confrontos morais e de definição de identidades. Um trecho narrado pelo senhor Mário é um dos momentos onde são identificados esses aspectos.

Seu relato contém a narrativa de um episódio de conflito no interior de um hospital público em que se internou certa vez, há cerca de oito anos, para operar a vista. A ação acontece em torno da atitude de um médico que o chamou de irresponsável, pois ele não comunicou que os remédios não estavam sendo ministrados, ficando muitas horas sem medicação. Diante disso, ele se recusou a se operar com esse cirurgião, exigindo providências da direção do hospital. Apenas depois de muita conversa e negociação é que o senhor Mário

cedeu, permitindo, enfim, que se fizesse a cirurgia com esse mesmo médico. Tal fato foi lembrado com muitos detalhes, mas em dois momentos o narrador se coloca no centro da cena, mostrando sua autoridade para exigir novas formas de interação e demandar direitos. O primeiro deles é quando retoma o conflito inicial em que é chamado de irresponsável. Nesse momento ele relembra a resposta dada ao médico.

Eu não admito que o senhor me chame de irresponsável. Primeiro, porque eu estou te conhecendo agora, não te conheço. Nunca te vi e você chega aqui me chamando de irresponsável! Eu não aceito.

Sua resposta, que traz uma interpretação da fala do profissional como extremamente ofensiva, nos dá acesso ao horizonte significativo da relacionalidade, onde o conhecimento pessoal é condição primeira para o estabelecimento de laços e para a criação da confiança, por deixar claramente definidos os lugares, papéis e obrigações. O que o narrador não aceita na atitude do médico é justamente o fato dela romper hierarquias importantes, sendo “confiado”, ou seja, adentrando em sua esfera pessoal, sem possuir a senha para esse acesso, a relação, o conhecimento. A perspectiva relacional do senhor Mário choca-se com a racionalidade do hospital, que despersonaliza o paciente na normatização de procedimentos. Nesse sentido, os argumentos de todos os familiares e enfermeiros de que o médico seu desafeto “é o melhor operador dessa área aqui em Minas Gerais” e que “opera até em São Paulo” não foram suficientes para convencê-lo: “ele pode operar até nos Estados Unidos, pode operar no mundo inteiro, mas ele precisa ter um pouquinho de educação pra tratar o cliente”. A solução só foi possível, pois, com o restabelecimento da hierarquia através da intervenção do coordenador do hospital “um camarada extraordinário” que “conversou direitinho” com o senhor Mário, ouvindo suas argumentações e mediando a reaproximação entre os contendores. O narrador indica o significado dessa reaproximação, ao afirmar sobre sua relação com o médico depois desse episódio: “hoje ele é muito amigo meu”. A atuação desse mediador competente foi fundamental, então, para restabelecer a pessoalidade, reinserindo-lhe no universo das relações de proximidade e amizade, elemento que de fato põe fim ao conflito.

O segundo momento ocorre quando o narrador, após lembrar mais alguns argumentos usados diante do médico, baseados em seus direitos, encerra o relato do episódio, concluindo acerca do sentido de sua intervenção.

Mas eu dei uma lição nele pra mostrar pra ele que eu conheço lei. Eu tenho direitos dobrados. Primeiro que eu paguei o INPS a vida toda. Tenho direitos. E segundo que eu tenho mais de 65 anos. Eu tenho um direito igual a uma criança, por ter mais de 65 anos.

Na fala do senhor Mário, a dimensão conflitual é apreendida em seu aspecto legal. Ela aparece revestida de um caráter mais legalista, evocada uma vez que o “ritual do reconhecimento”, que “humaniza e personaliza” (cf. DaMATTA, 1997: 85), não foi possível num primeiro momento, como mostrei. Ao lembrar ao médico os seus direitos, ele não está demarcando uma arena de resolução do conflito, mas, ao contrário, evidencia suas competências nesse universo das normas universalizantes, identificado como terreno hostil para onde a interação foi encaminhada. A evocação da lei, na situação de conflito, funciona, então, como um instrumento moralizador, que serve para “dar uma lição” e enquadrar o oponente, mostrando sua força, mas deixando claro que não é por essa via que a solução virá. “Conhecer a lei” é, para o narrador, evocar sua dimensão normativa e generalizante que, como mostram o trabalho de Roberto DaMatta (cf. DaMATTA, 1997) carrega em nossa sociedade uma conotação negativa de impessoalidade e ausência de relações. É nesses termos que ele situa as interações narradas.

É interessante ainda observar que é nessa situação que aparece também a figura do cidadão portador de direitos. Na disputa, o senhor Mário assume o papel do cidadão, apontando o direito como fonte de reconhecimento social, de cidadania. Na interação com o outro, saber-se portador de direitos expressa seu conhecimento da lei e sua capacidade para o conflito. Já como fonte de uma auto-representação como cidadão, a evocação do direito não remonta à universalidade da lei, mas, ao contrário, à capacidade desse dispositivo para criar uma justiça social, redistribuindo privilégios. A cidadania evocada pelo senhor Mário provém do reconhecimento de uma condição privilegiada: seus “direitos dobrados”. Ou seja, sua distinção como trabalhador-contribuinte e como velho, consideradas como categorias privilegiadas em termos da atribuição dos direitos. Veja-se, então, que, em sua fala, esse narrador aciona representações distintas do universo configurado pela lei e o direito, como fonte de impessoalidade com a qual tem que se defrontar e, em seguida, de reconhecimento. Elas são mostradas como estratégias complementares em sua busca cotidiana por compensações sociais, apontando para a complexidade que assume a vivência do papel de cidadão nas interações sociais cotidianas.

RELAÇÕES INTERGERACIONAIS E ESPAÇOS PÚBLICOS

A vida na cidade contemporânea, ao mesmo tempo que reproduz profundas desigualdades e diferenciações, estabelece a quebra de hierarquias e a flexibilização de fronteiras que possibilitam o trânsito entre mundos sócio-culturais distintos e a interação, nos espaços coletivos, entre categorias diversas de atores sociais. Com o aumento da longevidade e a ampliação das possibilidades de circulação e visualização dos velhos no espaço público, também as várias gerações colocam-se em interação no mesmo tempo social.

Algumas falas sobre o transporte público apontam questões pertinentes a essa vivência para os velhos. Os entrevistados indicam o livre acesso ao transporte público como um ganho para sua movimentação na cidade de forma mais independente. Contudo, o espaço do ônibus é mostrado, em algumas narrativas, como lugar de experiências de discriminação e conflitos. Relações tensas são vividas nesse espaço, principalmente com os motoristas e cobradores, em enfrentamentos permeados de um conteúdo geracional.

Acho isso importante, essa carteirinha aqui. Tá certo. Ajudou porque o que eu ganhasse não dava pra mim gastar com passagem de ônibus. Eu vou em casa, volto, gosto de vir na cidade. Então o dinheiro do salário mínimo ia tudo embora. Eu ganho salário mínimo. Mas ainda falta alguma coisa. Mais carinho, respeito. Você sente humilhação, o motorista, o trocador, às vezes eles fala assim: o jacaré, já vem o jacaré, vem o pé na cova, fecham a cara. Eles pensam que não vão ficar na minha idade também né? Eles pensam. (Sr. Nelson, 86 anos, carregador aposentado)

Na narrativa do senhor Nelson, a questão é abordada no momento de falar da vida atual. Esse momento suscita uma reflexão acerca do envelhecer, contextualizada no plano da experiência concreta, inserida portanto no hoje, no contemporâneo. Por isso é um instante de confronto com as imagens do envelhecimento produzidas nesse tempo, trazendo para o debate os imaginários socialmente construídos acerca do velho, bem como a relação desse com suas instâncias de produção e divulgação e com a tessitura dos espaços concretos da vida. A livre circulação dos velhos no transporte público é, de fato, uma das marcas societárias do nosso tempo no tocante ao envelhecimento, envolvendo essas múltiplas dimensões. É uma imagem que faz parte da atual paisagem urbana das cidades brasileiras, confrontando-nos com nossas referências de justiça e direitos para o idoso. E as sensibilidades que suscita, sobretudo em

termos das expectativas geracionais em torno da atribuição de direitos, são captadas no olhar do velho, protagonista nessa dinâmica de práticas e representações. A denominação “jacaré” muito usada pelos motoristas e cobradores para se referirem aos idosos, expressa um dos olhares da sociedade para esse direito. Olhar certamente fundado em sua percepção como privilégio. A linguagem do narrador traduz o significado dessa prerrogativa em sua vida. As disposições legais abrem perspectivas concretas para o velho aposentado em termos do acesso à coisa pública, seus serviços, seu espaço, mas isso não é percebido como garantia de respeito à sua condição específica, apreendida num nível fundamental. Qual seja, nas formas de tratamento que o idoso recebe nesse território social que se forma com a publicização de seus direitos: um espaço de proximidade maior entre categorias sociais diferentes e tantas vezes em disputa. Aí, o velho é confrontado com a imagem do “jacaré” e do “pé-na-cova”, expressões do caráter agressivo que pode permear esse contato social. E identifica que “falta alguma coisa”, através da comparação com um passado em que o velho era alvo de olhar respeitoso e reverente. Talvez sinta falta dos sinais públicos de que sua experiência e contribuição à sociedade, principalmente por meio do trabalho, são reconhecidas, fundando a noção de justiça geracional que é base do seu direito.

Alguns temas importantes podem ser debatidos a partir dessa representação dos narradores. Em primeiro plano, ela nos apresenta a questão do enraizamento dos valores universalizantes do ideário do direito no conjunto da vida social em termos dos critérios de justiça e cidadania aí construídos. Uma das questões pertinentes a esse enraizamento é, no mundo contemporâneo, a própria extensão da cidadania, com a publicização de um grande número de demandas por direitos, num contexto de acirramento dos padrões de exclusão, agravados pela desresponsabilização do Estado face à sociedade, bem como de aprofundamento do individualismo e dos particularismos vários. A colocação dos direitos dos idosos em bases universais dá-se nesse contexto particular que cria situações sociais específicas. E muito especialmente, a narrativa registra uma experiência geracional acerca dessa inserção no universo da rua, na qual o idoso é portador de direitos. Nesse sentido, a fala evoca mais uma vez um habitus que dispõe a representação desse universo como espaço das relações impessoais em que o contato com o outro é um enfrentamento entre estranhos (DaMATTA, 1997). O idoso percebe e avalia seus “novos direitos” em termos das relações interpessoais, buscando respeito e reconhecimento nas interações. Desse modo, emite uma

concepção de justiça fundada na reciprocidade intergeracional, reivindicando-a como valor pertinente às relações travadas no espaço público, que é, então, evocado como um importante circuito por onde se constroem as trocas geracionais (cf. ATTIAS-DONFUT, 1995).

O senhor Nelson nos dá um ângulo específico, o de sua geração, acerca da natureza conflitiva que permeia os encontros sociais no espaço da rua: “eles pensam que não vão ficar na minha idade também né? Eles pensam”. O direito parece não garantir, para ele, a ambiência moral e objetiva que permitiria ao jovem reconhecer no velho o seu futuro e tratá-lo como gostaria que o fizessem nesse tempo. Esse reconhecimento é tributário de um mundo social permeado pelo acordo em torno do princípio de que os ativos financiam os inativos. Na experiência dos velhos registra-se, então, os sinais de um pacto intergeracional ameaçado pelas tendências sócio-demográficas e políticas do presente, seu desdobramento concreto no cotidiano, onde diversas categorias se afirmam como portadoras de direitos específicos ao mesmo tempo em que se acirra a luta pela garantia das condições mais básicas para a vida.

Nesse contexto, a relação entre gerações é freqüentemente associada a percepções acerca do risco de desestruturação das hierarquias sociais. Nas análises que fazem das mudanças na realidade, os velhos emitem a visão de que a sociedade se diversificou, abalando as fontes de autoridade e, assim, gerando a desorganização, a violência e a mudança nos padrões morais que orientam os comportamentos (cf. LINS DE BARROS, 1995).

No conjunto das falas, a explicação para esse processo aponta para a educação dos jovens, caracterizada como incapaz de reproduzir, na família e no conjunto da sociedade, as trocas hierárquicas baseadas na responsabilidade mútua. “Hoje, a responsabilidade hoje é muito pouca, né? Naquele tempo a pessoa apanhava responsabilidade cedo” — compara o senhor Sebastião. Sobre isso, é importante registrar que encontrei em todos os depoimentos, pelo menos em uma rápida referência, a mesma explicação para o fato da educação atual dos jovens não efetivar a moral das obrigações em seu universo. Segundo os velhos, isso ocorre porque hoje, crianças e adolescentes são protegidos por direitos que acabam por impedir que a educação se desenvolva por mecanismos considerados fundamentais, como através do exercício do princípio de autoridade dos pais e professores e por meio do aprendizado do trabalho. Em algumas falas, o Estatuto da Criança e do Adolescente é diretamente mencionado como responsável por esse quadro.

Acho que é esse direito do Estatuto dos ido... da criança! O direito das criança tá demais! Os pai num pode educá. A professora num pode educá! Professora num pode nu... num pode nem falá alto! Porque tem criança que chuta e eles num pode, eles num pode é... segurá a criança, não. Se segurá fala que é violência, né? A mãe vai lá no grupo brigá com as professora, dá denúncia na secretaria. Ah, éé... não, tá difíci! Tá muito difíci esses direito que eles dero... às criança hoje. Porque os... os pais num pode agir, a polícia num pode agir. Eu já vi aqui.. eu já vi aqui no posto, já vi aqui no posto, o sordado falá com... cum criança que tava matano aula ali... e a criança falô assim: cê num tem nada com isso, cê n' é meu pai! A pasta em cima da gaiola da coisa ali e eles brincando naquela gangorrinha que hoje já quebraro tudo também. Cê num passô por lá não? Cê num viu? Em seis gangorra num tem gangorra nenhuma mais... Mas elas tava gangorrano! Mas eu freqüento ali, já há muito tempo, por causa dessa sede, né? Então eu até tenho amizade... já é de... com, com os policiais que trabaia ali. Então eles falô com a menina, a menina grande, já duns... duns dez ano por aí. Hum! Cê num tem nada cum isso, cê n' é meu pai! E eles, e eles pode fazê alguma coisa? Vai lá falá, vai lá zangá cum ela alto pra vê! Pra vê se eles num vai respondê processo, né? Dá problema pra eles. Pois é! Então esse direito... (Sr. João, 80 anos, padeiro aposentado)

A formação de um novo habitus de geração num contexto em que o contato intergeracional se prolonga, mas tende a não mais ser regulado por hierarquias fixas, requerendo negociações, é uma questão significativa no universo simbólico dos velhos. O trecho do depoimento do senhor João traz representações sobre os sentidos que a apreensão desse movimento pode adquirir. O narrador fala da percepção da presença desses novos padrões de comportamento dos mais jovens como uma realidade que gera tensões no ambiente do bairro. Esse terreno em que ele está enraizado há vários anos e é um espaço importante de sua sociabilidade pública, bem como de suas vivências familiares. Na praça, importante símbolo da dinâmica comunitária do bairro, lugar planejado para a vida pública das cidades, as gerações se cruzam no mesmo espaço, mas a linguagem com que se expressam, registra a dificuldade da comunicação. Da sede do clube para a terceira idade o idoso observa com estranheza o comportamento dos jovens e se preocupa. Em todas as narrativas, também se revela esse sentimento: “a gente fica com medo, né?”, “a gente olha essa rapaziada desse jeito e fica preocupado”, “essa juventude que a gente vê aí na rua me preocupa por demais”. Desconhecendo que as pedras da cidade são valiosas testemunhas do tempo, capazes de preencher o presente com experiência e conselho, os jovens destroem a praça. Manifestam pela linguagem da violência, tornada usual nas relações sociais contemporâneas, as inquietações de sua condição, marcada pelos sinais desse tempo, o

individualismo e a desigualdade que tanto abalam a força humanizante dos acordos e regras pensados para a vida coletiva, privatizando a experiência. Velhos e jovens, próximos no cotidiano da vida local, não conseguem dialogar sobre as sensibilidades que, na verdade, compartilham como sujeitos vivendo o tempo presente. A fala do senhor João aponta, pois, para uma sensação de insegurança que se instala com a quebra de regras de civilidade manifestas no trato com o espaço público como esfera da coletividade, território social apropriado como referência e ordenação. A imagem da criança que desafia o guarda em praça pública ao invés de se envergonhar por ser flagrada matando aula é tão forte para o narrador por remetê-lo a esse desrespeito com os pactos coletivos.

CONSUMO, COTIDIANO E NECESSIDADES SOCIAIS

A questão do consumo expressa necessidades e expectativas que distinguem e identificam o sujeito. No universo pesquisado, os depoentes se reportam com recorrência à evolução das modalidades de consumo dos diferentes grupos sociais, articulando as categorias geração e classe social como as que melhor exprimem sua experiência nesse campo. Em alguns momentos, principalmente ao se lembrarem das limitações materiais por que passaram, comparando-as com a situação atual, apontam que “a vida do pobre melhorou muito”, referindo-se à ampliação do acesso a determinadas faixas de bens e produtos e, pois, à sua aproximação em relação ao estilo de vida dos ricos. Mas de um modo geral, para esse grupo, a alteração nos padrões de necessidades e expectativas é fonte de ruptura de importantes hierarquias sociais que organizam a vida “do pobre”, sobretudo afetando as bases da transmissão e da solidariedade geracionais. A “elevação do limiar das expectativas materiais” (THOMPSON, 1998: 23) é freqüentemente atestada pelos velhos num tom de reprovação, como na frase do senhor Sebastião: “nada chega pro povo. Ele hoje tem uma coisa, se ele tem uma bicicleta, ele quer comprar um carro”. Em algumas falas essa observação é construída como conselho, a partir de referências sobre os próprios padrões de consumo por eles adotados, postos como exemplos de justeza no trato com os bens materiais, evocando um universo valorativo. A seguir, apresento um trecho bastante longo do depoimento de dona Isaura, 86 anos, operária aposentada de tecelagem, mas que vale por sua riqueza para exprimir a lógica da narradora acerca dos valores que orientam seus gastos.

(...) Eu ganho 300,00 por mês. Graças a Deus eu não devo ninguém. Eu tenho meu irmão, há pouco tempo ele chegou aqui, falou: Tatá, eu vou fazer empréstimo. Falei: pelo amor de Deus, não faz não. (...) Ele falou: vou fazer porque eu tô devendo, meu cartão. Falei: pra que que você tem cartão? (...) Quanto que você tá precisando? Aí ele fez as contas: tô precisando a quantia x. (...) Aí emprestei ele o dinheiro, ele tá me dando. Eu falei assim: não pensa que eu tô juntando dinheiro não. Mas é assim, por exemplo. Aniversário, as minhas ex-patroas, uma me dá cinqüenta, outra dá vinte. Esse dinheiro eu guardo. (...) Não tô precisando de nada, graças a Deus, eu guardo o dinheiro. Então eu consigo sempre ter, não é muito não, mas consigo sempre ter um... Eu sou pobre, mas tem pobre que não tem cabeça. A minha televisão é aquela ali, né? Mas agora vem a grande que vê maior. Mas não vê a mesma coisa? Todo mundo quer a grande porque o vizinho ali tem, tem. Compra fiado no Natal pra fazer presente pra criança que no outro Natal ainda tá pagando. Não dá. Eu falo: gente, minha nossa senhora! É consumismo. (...) Eu não sou consumista, nesse ponto, não. Eu vivo com o que tenho. Eu recebo pagamento, eu olho ali na folhinha o tanto que eu vou gastar por dia. Porque eu gasto no máximo, no dia é \$8,00 porque com almoço, com café, com fruta, essas coisa. Aí eu faço. Então vai dar \$240,00. Quer dizer, então vai sobrar \$60,00, se precisar de alguma coisa. Porque graças a Deus eu não tomo remédio. (...) Eu ponho minha cabeça no travesseiro, só penso que eu devo minha alma a Deus. Mais nada. A mamãe, ela pagava, ela ajudava no São Camilo e no Santa Helena. Ela morreu, eu continuei ajudando. Mas a gente dá pouquinho, né? Mas eu faço assim, eu recebo o décimo terceiro, eu tiro desses dois no nome da mamãe ainda. Dia dois eu vou lá no Santa Helena e vou lá no São Camilo. Aí eu já dou do ano inteiro. Pronto. Pronto.

O depoimento de dona Isaura atualiza alguns critérios e valores importantes nesse universo, também presentes na fala de outros narradores. A aposentada mostra, de um modo geral, que a lógica de sua relação com o mercado de consumo não é a do descarte, tão importante no contexto atual. Ao contrário, ela se pauta pelo valor da conservação de bens e de hábitos, percebido como fundamental para manter a virtude do pobre, feita principalmente de sua honra. Não acumular dívidas e ainda poder ajudar o irmão, bem como continuar mantendo os compromissos assistenciais da mãe são algumas das atitudes honradas de dona Isaura que lhe permitem experimentar sensações de tranquilidade e segurança não só no nível moral, mas também material. A narradora sabe que seu esquema é fundamental para sua sobrevivência material autônoma e para a reprodução de seu grupo, dando-lhe ainda uma margem para lidar com os imprevistos, o que ela sabe ser necessário.

Esse depoimento de dona Isaura é esclarecedor quanto à natureza do consumo como um elemento básico na definição das identidades e relações sociais. Percebe-se a vinculação entre o consumo e os circuitos sócio-culturais a que os sujeitos se integram na satisfação de

suas demandas por bens e serviços e na construção de significantes sociais que tão diretamente se ligam a suas escolhas e possibilidades como consumidores. Dona Isaura está integrada num universo sócio-cultural muito específico a partir do qual ela percebe sua condição e monta suas estratégias de sobrevivência. Esse universo, objetivamente formado por claras fronteiras quanto às modalidades de consumo disponíveis, definem para essa trajetória um mundo de relações e referenciais simbólicos em que os padrões de consumo estão envolvidos por um importante circuito de trocas solidárias, exemplificado na fala, não dependendo exclusivamente na lógica mercantil. Ao contrário, o trecho citado mostra como essa é apreendida enquanto força implacável na cobrança de juros e na imposição de datas, exigindo do pobre cautela e prudência. Mostra também que é essa a referência da narradora para lidar com o mercado contemporâneo e suas ofertas de felicidade material a partir do acesso universalizado a alguns de seus produtos como os cartões de crédito.

Como dona Isaura, os outros narradores também lidam com um pequeno orçamento mensal o que não lhes dá muitas escolhas quanto a possibilidades de consumo. Mas, nesse contexto de limitação material, pode-se identificar opções que são feitas dentro de um universo sócio-econômico e moral determinado por hábitos e valores bem específicos que eles gostam de manter — como sugeri a partir da análise do depoimento de dona Isaura. São gostos e práticas que me pareceram muito importantes para a tessitura do cotidiano e a construção de sua identidade como velhos inseridos no contemporâneo. A inspiração da análise vem da noção de costume de Thompson, já referida: não vejo esses hábitos como “discretas sobrevivências”, mas como a (re)criação de uma ambiência na qual se quer mover, formando “um vocabulário completo de discurso, de legitimação e de expectativa” (cf. THOMPSON, 1998: 152). Alguns exemplos ajudam a construir a idéia. Mesmo vivendo com um salário mínimo, com o qual se sustenta e à irmã mais velha e ainda ajuda um dos filhos, o senhor Mário não abre mão de comprar seus livros e revistas sobre História. É neles que busca fundamentos para legitimar seus projetos de criação de um museu e de recuperação da história de sua família nos quais lança fortes expectativas de reconhecimento. Um dos poucos motivos que levam o senhor Pedro ao centro da cidade é a necessidade de comprar novas sementes para cultivar a grande horta que tem em casa o que ocupa todas as suas manhãs. Ele explica que fazendo esse trabalho, sente-se inteiro, consegue totalizar a experiência, lidando com o passar do tempo: “essas plantaçoão eu não paro não, é o que tem aí, faço isso desde

sempre...” Dona Neuma e o senhor Daniel percorrem circuitos diários muito semelhantes, em busca da ração para os animais que criam no espaço doméstico. Procuram o preço mais baixo e, com frequência, ganham, de comerciantes amigos, restos de verduras e legumes. O senhor Sebastião revive seu antigo sonho de “ser sertanejo”, tentando acompanhar os lançamentos de seus cantores preferidos, através da aquisição de suas gravações, disponíveis tanto em CD’s, geralmente “piratas”, quanto em fitas K7, vendidos nas bancas de camelôs espalhadas pela cidade.

Na denúncia da “elevação do limiar das expectativas materiais” (THOMPSON, 1998: 23), a pobreza é uma categoria importante. É através dela que os narradores reportam seu pertencimento a uma ambiência social determinada por espaços definidos e situada no tempo. Quando falam de suas práticas atuais de consumo, parece, então, que os velhos se apresentam como pobres, mas, produzindo temporalidades, distinguem-se dos “pobres de hoje”. Nessa distinção, o termo “simplicidade” agrega sentido à noção de pobreza a partir da qual se identificam, mostrando como, em seu vocabulário, essa é uma categoria complexa que envolve muitas dimensões. Ser pobre nesse contexto significa estar ligado a uma história social em que o próprio consumo não é um elemento central na organização da vida, sustentada também por práticas solidárias e atividades de subsistência. E é aí que reside a simplicidade que foi perdida na “maneira de viver hoje” em que, segundo o senhor Mário, algumas “moças pobres” exigem “até aspirador de pó” para casarem ou, como critica o senhor Francisco, em que “a doméstica ganha salário mínimo”, mas “está com seu celularzinho”. Sob esse prisma, a aproximação com o estilo de vida “dos ricos” é vista como fonte de desagregação por afastar as gerações no interior de seu universo social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões apontadas na interpretação das narrativas matizam e enriquecem, de forma especial, nossas possibilidades de compreensão e análise dos vínculos sociais no mundo contemporâneo. Nesse espaço pretendi apenas sinalizar algumas dessas possíveis contribuições, sem discutir mais profundamente suas implicações e desdobramentos. Faço, então, para encerrar, uma pequena consideração, também como indicação mais geral, acerca de um aspecto importante trazido pelas falas. Através da memória dos velhos, pode-se pensar algumas relações entre cultura, política e história no mundo contemporâneo. A memória

recupera a inscrição da história por meio da linguagem simbólica que exprime, de forma particular, os dilemas da historicidade moderna. Nesse sentido, a “economia moral” dos velhos mostra-se como um campo de conflitos em que a lembrança dos critérios de sociabilidade referendados pelo costume envolve uma demanda por legitimação de uma experiência, uma reivindicação do direito de participar de um tempo social. Nas falas que analisei aqui, os velhos relatam como essa disputa por legitimação de critérios é experimentada concretamente em muitas situações do cotidiano, momentos em que se coloca para eles a necessidade de rever a trajetória e seus valores mediante desafios práticos, postos em suas relações — o desafio de tornarem-se contemporâneos. O elemento central nessa disputa é acerca das formas de se vincular à sociedade e de compreender/construir o próprio vínculo social. E nessa medida, é sobre a definição da ambiência cultural para a reprodução das relações sociais. As falas registram, nesse sentido, que a demanda dos velhos não é por inclusão numa sociedade abstrata, mas pelo direito de construir os sentidos que concretizam e definem as relações sociais como redes de pertencimento e não de exclusão.

Nesse sentido, o desafio político está posto também ao pensamento e ação sociais: apreender o velho trabalhador como um “outro-interlocutor” deve ser sempre recuperar sua especificidade, no interior do mundo contemporâneo e globalizado, enquanto portador de uma história social concreta, construída, ontem e hoje, como experiência sócio-cultural particular, marcada pelo trabalho, pela pobreza, pela velhice. Mas deve ser também não excluí-lo de nossa história social comum, como remanescente de um mundo arcaico, a quem devemos integrar e converter, ou como representante de um universo cultural em vias de extinção que já não tem muito a dizer sobre o presente. Trata-se do desafio de ver o outro como contemporâneo, sujeito cujas memórias e expectativas podem, ao nos dar visões particulares do passado, renovar nossos projetos para o futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATTIAS-DONFUT, C. Le double circuit des transmissions. In: ATTIAS-DONFUT, C. (org.). *Les solidarités entre générations; vieillesse, familles, État*. Éditions Nathan, 1995.

BENJAMIN, W. *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política; ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERTAUX, D. L'approche biographique. La validité méthodologique, ses potentialités. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. LXIX, p. 197-225, 1980.

BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.

BRIOSCHI, L.; TRIGO, M. H. Relatos de vida em Ciências Sociais; considerações metodológicas. *Ciência e Cultura*, v. 39, n.7, 631-637, jul. 1987.

BRITTO DA MOTTA, A. Sociabilidades possíveis: idoso e tempo geracional. In: PEIXOTO, C. E. (org.). *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

DaMATTA, R. *A casa e a rua; espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEBERT, G. G. *A reinvenção da velhice; socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1999.

DUARTE, L. F. D. Indivíduo e pessoa na experiência da saúde coletiva. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.173-183, 2003.

GOMES, A.C. *A invenção do trabalhismo*. 2ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

KOSMINSKY, E. Pesquisas qualitativas: a utilização da técnica de histórias de vida e de depoimentos pessoais em Sociologia. *Ciência e Cultura*, v. 38, n. 01, p. 30-35, jan. 1986.

KOHLI, M. La présence de l'histoire. In: ATTIAS-DONFUT, C. (org.). *Les solidarités entre générations; vieillesse, familles, État*. Éditions Nathan, 1995.

LINS DE BARROS, M. M. O passado no presente: aos 70 falando do Rio de Janeiro. *Cadernos de Antropologia e Imagem*. Rio de Janeiro, ano 3, n. 4, p.91-105, 1995.

Mintz, S. Encontrando Taso, me descobrindo. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p.45-58, 1984.

MORIN, F. Pratiques anthropologiques et histoire de vie. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. LXIX, p. 313-339, 1980.

SIMÕES, J. A. *Entre o lobby e as ruas: movimento de aposentados e politização da aposentadoria*. Campinas, 2000. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas.

SVAMPA, M. *Desde abajo. La transformación de las identidades sociales*. Buenos Aires: Biblos, 2000.

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VELHO, G. Biografia, trajetória e mediação. In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (orgs.). *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.